

Argo Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações Financeiras

do exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Demonstrações do valor adicionado	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
Argo Transmissão de Energia S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Argo Transmissão de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Argo Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Mensuração da contraprestação variável aplicável ao preço dos contratos de concessão

Veja a nota explicativa 3.11 e 9 das demonstrações financeiras



Assunto

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 apresenta saldo de ativo de concessão no montante de R\$ 5.587.975 mil, reconhecido em contrapartida da receita de construção da infraestrutura de transmissão e da receita de remuneração do ativo da concessão.

A modelagem financeira utilizada pela Companhia na mensuração do ativo de concessão inclui entre outros elementos, a determinação de uma contraprestação variável aplicável ao preço do contrato. O valor da contraprestação recebida pela Companhia pela construção da infraestrutura de concessão é reajustado anualmente com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor – IPCA dos últimos doze meses na data de reajuste. A Companhia efetua o cálculo da contraprestação variável com base no IPCA realizado entre a data da última homologação da Receita Anual Permitida - RAP pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a data base das demonstrações financeiras, e reconhece esse valor na medida em que é altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas reconhecidas não irá ocorrer. Durante o exercício de 2024, o valor dessa contraprestação variável reconhecida foi de R\$ 249.680 mil, representando um acréscimo na receita de remuneração do ativo da concessão em contrapartida do saldo do ativo da concessão.

Devido à relevância do valor da contraprestação variável e ao grau de julgamento para a determinar se é altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas reconhecidas não irá ocorrer, esse assunto foi considerando significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:

- Revisão dos cálculos elaborados pela Companhia para mensuração da contraprestação variável, incluindo avaliação sobre a adequação da modelagem financeira adotada e precisão matemática do cálculo;
- Comparação do IPCA mensal utilizado pela Companhia no cálculo da contraprestação variável com os dados oficiais da inflação;
- Análise dos fatores considerados pela Companhia para determinar se é altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas reconhecidas não irá ocorrer; e
- Avaliação das divulgações nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que a contraprestação variável do ativo de concessão, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, tomadas em conjunto.



Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de janeiro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Daniel Aparecido da Silva Fukumori
Contador CRC 1SP-245014/O-2

ARGO TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	20.581	21.212	Fornecedores	13	6.315	2.434
Títulos e valores mobiliários	5.1	36.422	195.661	Encargos sociais e trabalhistas	14	17.661	19.849
Contas a receber de clientes	6	82.608	71.602	Obrigações tributárias	15	10.799	11.272
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7	5.919	5.434	Obrigações regulatórias	16	8.966	8.350
Outros tributos a compensar	8	554	374	Dividendos a pagar	23	3.317	95.295
Contas a receber - Partes relacionadas	22	4.921	3.867	Contas a pagar - partes relacionadas	22	-	6
Despesas antecipadas	10	368	380	Empréstimos e Financiamentos	17	98.316	89.569
Ativo da concessão	9	700.204	670.537	Debêntures	18	60.612	68.778
Outros Ativos		11.086	13.807	PIS e COFINS diferidos	20	64.769	62.025
Total do ativo circulante		862.663	982.874	Provisões	19	338	85
				Outros passivos		29.861	26.562
NÃO CIRCULANTE				Total do passivo circulante		300.954	384.225
Fundos Vinculados - Caixa restrito	5.2	132.086	124.658				
Ativo da concessão	9	4.887.771	4.718.447	NÃO CIRCULANTE			
Outros ativos		6.337	14	Empréstimos e Financiamentos	17	1.547.866	1.625.279
Imobilizado	11	16.205	17.599	Debêntures	18	462.785	497.446
Intangível	12	4.058	2.837	Provisões	19	6.955	9.530
Total do ativo não circulante		5.046.457	4.863.555	Contingências Passivas	21	252	542
				Outros passivos		1.411	-
				Imposto de renda e contribuição social diferidos	27	1.105.629	1.005.643
				PIS e COFINS diferidos	20	451.936	436.456
				Total do passivo não circulante		3.576.834	3.574.896
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	23	499.811	499.811
				Reserva de lucros		1.498.862	1.282.498
				Dividendos adicionais propostos		32.659	104.999
				Total do patrimônio líquido		2.031.332	1.887.308
TOTAL DO ATIVO		5.909.120	5.846.429	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.909.120	5.846.429

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ARGO TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Receita de operação e manutenção, construção de infraestrutura e outras		104.859	98.139
Remuneração financeira do ativo da concessão		758.030	729.309
Parcela variável, encargos setoriais e outras deduções		(83.782)	(86.992)
RECEITA LÍQUIDA	24	779.107	740.456
CUSTO DE CONSTRUÇÃO	25	(10.236)	(1.278)
CUSTO DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO	25	(24.822)	(29.180)
LUCRO BRUTO		744.049	709.998
DESPESAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	25	(27.991)	(28.476)
Outras despesas e receitas operacionais	25	724	451
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		716.782	681.973
Receitas financeiras	26	30.949	36.090
Despesas financeiras	26	(245.082)	(257.221)
RESULTADO FINANCEIRO		(214.133)	(221.131)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		502.649	460.842
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Corrente	27	(14.617)	(12.161)
Diferido	27	(99.986)	(97.033)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		388.046	351.648
LUCRO POR AÇÃO - R\$ (BÁSICO E DILUÍDO)	28	0,7764	0,7036

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ARGO TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	388.046	351.648
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	388.046	351.648

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ARGO TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas			Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
		Subscrito e integralizado	Legal	Retenção de Lucros	Incentivos fiscais			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		499.811	99.962	1.151.012	84.385	32.659	-	1.867.829
Lucro líquido do exercício	28	-	-	-	-	-	351.648	351.648
Constituição de reserva de incentivos fiscais	23	-	-	-	50.232	-	(50.232)	-
Constituição de reserva de lucros		-	-	226.062	-	-	(226.062)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(3.014)	(3.014)
Dividendos adicionais aprovados		-	-	(236.874)	-	-	-	(236.874)
Dividendos pagos		-	-	(92.281)	-	-	-	92.281
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	72.340	(72.340)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		499.811	99.962	1.047.919	134.617	104.999	-	1.887.308
Lucro líquido do exercício	28	-	-	-	-	-	388.046	388.046
Constituição de reserva de incentivos fiscais	23	-	-	-	56.367	-	(56.367)	-
Constituição de reserva de lucros		-	-	328.362	-	-	(328.362)	-
Constituição de reserva com reversão de adicionais propostos		-	-	72.340	-	(72.340)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(3.317)	(3.317)
Dividendos intermediários aprovados		-	-	(240.705)	-	-	-	(240.705)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		499.811	99.962	1.207.916	190.984	32.659	-	2.031.332

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ARGO TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		388.046	351.648
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27	99.986	97.033
Imposto de renda e contribuição social correntes	27	14.617	12.161
Provisão para PIS e COFINS diferidos	20	18.224	16.566
Remuneração financeira do ativo da concessão	24	(758.030)	(729.309)
Receita de operação e manutenção	24	(104.957)	(100.987)
Receita de construção	24	(12.441)	(1.553)
Ganho de eficiência na implementação da infraestrutura	24	(1.973)	-
Receitas de aplicações financeiras - títulos e valores mobiliários	26	(31.850)	(25.885)
Provisões (reversões) de contingências passivas	21	(290)	542
Depreciação e amortização	11 e 12	2.414	2.840
Juros e variação monetária sobre empréstimos	17	165.357	175.312
Juros e variação monetária sobre debêntures	18	66.421	68.896
Amortização dos custos de transação	17 e 18	10.935	13.470
Caixa aplicado nas operações		(143.541)	(118.559)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes	6	(11.006)	(13.330)
Ativo da concessão	9	678.410	652.751
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7	(424)	-
Outros tributos a compensar	8	(180)	50.368
Despesas antecipadas	10	12	3.576
Contas a receber - partes relacionadas	22	(1.054)	(296)
Outros ativos		(3.602)	(8.701)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores	13	3.881	(4.628)
Imposto de renda e contribuição social		-	3.176
Encargos sociais e trabalhistas	14	(2.188)	5.087
Obrigações tributárias	15	(473)	-
Obrigações regulatórias	16	616	876
Contas a pagar - partes relacionadas	22	(6)	6
Provisões	19	(2.322)	(6.700)
Outros passivos		4.710	26.103
Imposto de renda e contribuição social pagos		(14.678)	(12.873)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		508.155	576.856
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado e intangível	11 e 12	(2.242)	(4.808)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	5.1	(387.064)	(155.979)
Resgate de títulos e valores mobiliários	5.1	590.185	193.071
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento		200.879	32.284
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	17	(94.073)	(85.895)
Pagamento de principal de debêntures	18	(51.959)	(56.356)
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	17	(150.521)	(163.377)
Pagamento de juros de debêntures	18	(57.653)	(41.636)
Aplicação em Fundos Vinculados - Caixa restrito	5.2	(172.175)	(21.044)
Resgate de Fundos Vinculados - Caixa restrito	5.2	152.716	22.663
Dividendos pagos		(336.000)	(263.751)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(709.665)	(609.396)
REDUÇÃO (AUMENTO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(631)	(256)
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	20.581	21.212
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	21.212	21.468
REDUÇÃO (AUMENTO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(631)	(256)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ARGO TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO (CONSUMIDO)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais - R\$)

	31/12/2024	31/12/2023
RECEITAS		
Receitas relativas à operação de ativos próprios	104.957	100.987
Receitas relativas à construção de ativos próprios	12.441	1.553
Receitas relativas à remuneração do ativo da concessão	758.030	729.309
Ganho de eficiência na implementação da infraestrutura	1.973	-
Outras receitas e Parcela variável (PV)	(16.229)	(6.756)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Serviços de terceiros	(17.456)	(17.481)
Custo de Operação e manutenção	(2.532)	(4.485)
Custo de construção	(10.236)	(1.278)
Outros	(14.470)	(11.890)
VALOR ADICIONADO BRUTO	816.478	789.959
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(2.414)	(1.956)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	814.064	788.003
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Outras despesas e receitas operacionais	714	451
Receitas financeiras	32.437	37.265
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	847.215	825.719
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	847.215	825.719
Pessoal	25.205	34.102
Remuneração direta	19.594	26.435
Benefícios	3.936	3.059
FGTS	1.675	4.608
Impostos, taxas e contribuições	202.186	195.761
Tributos federais	200.522	195.119
Tributos estaduais	1.567	548
Tributos municipais	97	94
Remuneração de capitais de terceiros	231.778	244.208
Juros	231.778	244.208
Remuneração de capitais próprios	388.046	351.648
Dividendos	3.317	75.354
Lucros retidos	384.729	276.294

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

1 Informações gerais

A Argo Transmissão de Energia S.A. (“Argo I” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima, listada como categoria “B” na Bolsa de Valores de São Paulo (“B3”) e registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, domiciliada na Rua Tabapuã, 841 - 5º andar, Itaim Bibi, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e foi constituída em 23 de março de 2016.

A Companhia tem por objeto a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante a implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, vinculada ao MME - Ministério de Minas e Energia.

De forma integral, seu capital pertence à holding Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A.

1.1 Concessão

Em 13 de abril de 2016, o Consórcio Transmissão do Brasil, formado pela FTRSPE 3 Empreendimentos e Participações S.A. (1%) e Pátria Infraestrutura III - FIP (99%), foi declarado vencedor do Leilão Público nº 013/2015, realizado na Bolsa de Valores de São Paulo, para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente à linha de transmissão Bacabeira - Tianguá - Pecém. A homologação foi publicada no Diário Oficial da União de 7 de junho de 2016.

Em 27 de junho de 2016, a Argo assinou com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, o Contrato de Concessão nº 09/2016, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para construção, implementação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, compostas pelas linhas de transmissão:

- LT 500 Kv Bacabeira – Parnaíba III C1 e C2, circuito simples, com aproximadamente 312 km cada;
- LT 500Kv Parnaíba III – Acaraú III, circuito simples, com aproximadamente 191 km;
- LT 500Kv Acaraú III – Pecém II, circuito simples, com aproximadamente 161 km;
- LT 500 Kv Acaraú III – Tianguá II, circuito simples, com aproximadamente 150 km;
- Subestação Bacabeira 500 Kv;
- Subestação Paranaíba III 500 Kv e Compensador Estático (-150/300) Mvar;
- Subestação Acaraú II 500 Kv;
- Subestação Tianguá II 500 Kv;
- e respectivas entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

A Argo I tem um investimento total de aproximadamente R\$ 2.230.000. A Receita Anual Permitida – (RAP) foi determinada em R\$ 404.961 (valor histórico) na data do leilão e atualizada para R\$ 627.510 (valor para o ciclo 2024-2025) com recebimento em cotas mensais. A RAP é corrigida anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA e é válida por todo o prazo de operação comercial da Argo I.

Em 14 de maio de 2019, obteve a Licença de Operação nº 1517/2019 (5027595), emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (“IBAMA”), para a Linha de Transmissão 500 kV Bacabeira - Pecém II, referente ao Lote A do Leilão ANEEL nº 13/2015, Contrato de Concessão nº 09/2016 - ANEEL.

A Licença de Operação corresponde à autorização do IBAMA para a operação do empreendimento ou da atividade, após verificar o cumprimento do que consta nas licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e as condições determinadas para a operação.

Em 7 de setembro de 2019, a Companhia disponibilizou seus ativos para operação parcial, dessa forma, antecipando parcialmente o início de recebimento da RAP em cerca de 21 meses, e em dezembro de 2019 entrou totalmente em operação. A receita faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras, geradoras e grandes consumidores) está garantida contratualmente, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Uso do Sistema de Transmissão – CUST entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

Devido a necessidade de expansão do sistema de transmissão, a ANEEL autorizou a implementação de reforços através das Resolução Autorizativa:

- DSP nº 2940/2022 de 11 de outubro de 2022

Esse sistema terá como objetivo limitar a sobrecarga nos elementos do sistema de transmissão aos níveis de suas máximas capacidades de sobrecarga em emergência, bem como evitar a perda de sincronismo entre as regiões Norte, Nordeste e Sudeste, quando de contingências nas linhas de transmissão de 500 kV que compõem as interligações entre essas regiões.

Implementação do Sistema Especial de Proteção SEP N-NE-SE, para atender a SE Acaraú III, SE Bacabeira, SE Parnaíba III e SE Tinguá II.com investimento previsto de R\$ 12.384 e Receita Anual Prevista de R\$ 2.158, cuja entrada em operação está aguardando a liberação da ANEEL.

Além disso, o mesmo despacho aprovou o projeto de melhoria na SE Bacabeira sem RAP associada.

Implementação do Sistema Especial de Proteção SEP N-NE-SE, contemplando as seguintes instalações: 2 IEDs (UPP/UPA), para atendimento a ambos os circuitos da LT 500 kV Bacabeira – Parnaíba III C1/C2; um painel dedicado e 1 GPS para sincronismo; 2 firewalls; 2 amplificadores ópticos, para atendimento às LTs 500 kV Bacabeira – Parnaíba III C1/C2; 2 switches na rede PRP e 1 Red Box para conectar ao SAGE.

Em setembro de 2024 foram emitidos os termos de liberação de receita com pendências impeditivas de terceiros (TLR) para os reforços do SEP N-NE-SE com vigência entre junho de 2024 e agosto de 2024. No mesmo mês, foram emitidos os termos de liberação definitivo (TLD) com vigência a partir de agosto/2024.

2 Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro “IFRS – *International Financial Reporting Standards*”, emitidas pelo “IASB – *International Accounting Standards Board*”.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e as orientações e interpretações dos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade que foram aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A emissão das demonstrações financeira foi aprovada e autorizada pelo Conselho de Administração em 30 de janeiro de 2025.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de reais (R\$), arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as *IFRS* exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e julgamentos são revisados de forma contínua. Já as alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

- (a) Ativo da concessão: a Companhia identificou a existência de componente de financiamento significativo nos contratos de concessão. A determinação da taxa de desconto do Ativo de concessão envolve julgamento significativo considerando os riscos e prêmios específicos de cada contrato de concessão.
- (b) As margens de lucratividade referentes à prestação de serviços de: (i) construção e de melhoria; e (ii) operação e manutenção da infraestrutura de transmissão são determinadas com base nas características e complexidade de cada contrato de concessão, incluindo a estimativa de recebimentos através da RAP do leilão em relação aos custos para a construção, de melhoria e de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão.
- (c) Avaliação de instrumentos financeiros: são utilizadas técnicas de avaliação que incluem informações que se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 29 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.
- (d) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos: são registrados ativos relacionados aos impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais, incluindo prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social a serem compensados. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos à medida que seja provável que a companhia irá gerar lucro tributável futuro suficiente, com base em projeções e previsões elaboradas pela administração. Essas projeções e previsões incluem diversas hipóteses relacionadas ao desempenho da companhia e fatores que podem diferir dos resultados reais.

Em conformidade com a atual legislação fiscal brasileira, não existe prazo para a utilização de prejuízos fiscais. Contudo, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente ao limite de 30% do lucro tributável anual (vide nota explicativa nº 27).

3 Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

3.1 Caixa e equivalente de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

3.2 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à sua emissão. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

A classificação depende da finalidade dos ativos e dos passivos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos e passivos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(i) Ativos financeiros

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Na análise para classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

- a. **Custo amortizado:** Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se eles constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.
- b. **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixas contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se eles constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.
- c. **Valor justo por meio do resultado (VJR):** Se a Companhia possui o ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento

que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou somente instrumentos financeiros classificados como custo amortizado e valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desconhecimento é reconhecido no resultado.

Valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros, incluindo financiamentos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

(iii) Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros é conforme segue:

Ativo/Passivo Financeiro	Classificação
Caixa, equivalentes de caixa	Custo amortizado
Títulos e valores mobiliários	Valor justo através do resultado
Contas a receber - partes relacionadas	Custo amortizado
Contas a receber de clientes	Custo amortizado
Fundo vinculado – caixa restrito	Valor justo através do resultado
Fornecedores	Custo amortizado
Contas a pagar - partes relacionadas	Custo amortizado
Empréstimos e Financiamentos	Custo amortizado
Debêntures	Custo amortizado

3.3 Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui a dedução de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

3.4 Ativos intangíveis

A Companhia reconhece um ativo intangível mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui a dedução de amortização acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

3.5 Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.6 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável anual. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados com base nas diferenças temporárias no reconhecimento de receitas e despesas para fins contábeis e fiscais, sobre os prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, quando for provável a realização com lucros tributáveis futuros.

O saldo dos impostos diferidos ativo é revisado no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Benefício fiscal - Lucro da exploração

Devido ao fato de sua linha de transmissão e consequentemente operação estar situada na área da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, a Companhia possui incentivo de redução do valor do IRPJ a pagar equivalente a 75% do valor apurado sobre o lucro da exploração, aplicado sobre a receita de transmissão de energia, reconhecidas no resultado e, posteriormente, destinadas à reserva de lucros no patrimônio líquido. O período de fruição ao direito do benefício fiscal é de 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2027.

Em virtude do benefício concedido, a Companhia possui algumas obrigações dentre as quais destacamos: (i) cumprir a legislação trabalhista e social e das normas de proteção e controle do meio ambiente; (ii) aplicação do valor da redução do IRPJ em atividade diretamente ligada à operação na área de atuação da SUDENE; (iii) constituição de reserva de lucros com o valor resultante da redução, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízo ou aumento de capital social; (iv) proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução, sob pena de perda

do incentivo e da obrigação de recolher, com relação à importância distribuída, o imposto que a Companhia tiver deixado de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e das penalidades cabíveis; e (v) apresentação anual da declaração de rendimentos, indicando o valor da redução correspondente ao exercício, observadas as normas em vigor sobre a matéria.

Benefício fiscal – Lei do Bem

Devido ao fato de a Companhia realizar investimentos em projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) com o objetivo de gerar inovação tecnológica no setor elétrico e por ser optante do regime de Lucro Real, conforme definido na Lei 11.196/2005 a Argo I obteve o direito ao benefício da redução na alíquota de imposto de renda e de contribuição social sobre o lucro líquido considerando o percentual definido na lei para os dispêndios em atividades de PD&I.

3.7 Patrimônio líquido

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

3.8 Demonstração do valor adicionado (DVA)

A DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza da Companhia e sua distribuição durante determinado período, conforme requerido pela legislação societária brasileira, é apresentada como parte de suas demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as *IFRS's*. Sua elaboração foi preparada com base nas informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

Essa demonstração reflete em sua primeira parte:

- (a) A riqueza auferida pela Companhia, representada por suas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável);
- (b) Os insumos adquiridos de terceiros (custo dos serviços e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes no momento da aquisição, os efeitos das perdas e a recuperação de valores ativos);
- (c) O valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas);

E a segunda parte da DVA reflete:

- (d) A distribuição da riqueza entre os grupos: pessoal; impostos, taxas e contribuições; remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.9 Demonstração dos fluxos de caixa

Elaborada pelo método indireto e apresentadas de acordo com a deliberação da CVM – Comissão de Valores Mobiliários nº 641, de 07 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) / IAS 07 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento por entender que os juros representam custos para obtenção de seus recursos financeiros. A Companhia também, entende que os fundos vinculados são originários das captações e estão diretamente relacionados aos contratos de endividamento e, portanto, classificados como atividade de financiamento.

3.10 Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação.

O resultado básico e diluído por ação é calculado pela divisão do lucro do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. A Companhia não possui instrumentos com efeitos dilutivos, portanto, o resultado básico por ação é igual ao resultado diluído por ação.

3.11 Reconhecimento e mensuração de receita e do Ativo de contrato

A Companhia possui contrato de concessão de transmissão de energia elétrica firmado com o Poder Concedente, que incluem obrigações de desempenho relacionadas à construção e melhoria da infraestrutura de transmissão de energia elétrica e à operação e manutenção dessa infraestrutura.

Os contratos de concessão estabelecem que mesmo após o cumprimento da obrigação de desempenho de construção ou melhoria da infraestrutura de transmissão, a Companhia ainda deve cumprir com a obrigação de desempenho de operação e manutenção com o objetivo de manter a disponibilidade da rede de transmissão de acordo com as exigências da ANEEL. Uma vez que o direito incondicional à contraprestação da receita de construção ou melhoria da infraestrutura depende do cumprimento da obrigação de desempenho de operação e manutenção, a receita é reconhecida em contrapartida de um ativo de contrato de acordo com o CPC 47 (IFRS 15). Esse ativo de contrato passa ser classificado como Contas a Receber (ativo financeiro), à medida que a Companhia passe a ter direito incondicional à caixa.

Após a entrada em operação, a infraestrutura de transmissão a Companhia será paga e remunerada através da Receita Anual permitida (RAP), cujos valores são determinados no contrato de concessão e recebidos mensalmente pela Companhia pela disponibilização da infraestrutura de transmissão de energia. A RAP inclui a remuneração pela construção e melhoria da infraestrutura, a receita pela operação e manutenção e um componente de remuneração financeira pelo prazo do contrato. Entretanto, os contratos de concessão definem somente o valor total da RAP, isto é, não estabelecem o valor da RAP por obrigação de desempenho.

(a) Reconhecimento e mensuração de receita:

As receitas provenientes da prestação de serviços são reconhecidas e mensuradas com base no CPC 47 (IFRS 15). Especificamente, a norma introduz um modelo de 5 passos para o reconhecimento da receita:

- **Passo 1:** Identificar o(s) contrato(s) com o cliente.
- **Passo 2:** Identificar as obrigações de desempenho definidas no contrato.
- **Passo 3:** Determinar o preço da transação.
- **Passo 4:** Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato.
- **Passo 5:** Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação de desempenho.

A Companhia reconhece receita conforme descrito abaixo:

- (i) Receita de construção: a obrigação de desempenho referente a construção da infraestrutura é satisfeita ao longo do período de construção. A receita é reconhecida ao longo do tempo mensurando o progresso em relação ao cumprimento total dessa obrigação de desempenho, com base no método de insumos. Essa receita é mensurada tendo como base os custos de construção incorridos em relação aos custos totais esperados, acrescidos de uma margem de lucratividade estabelecida pela Administração da Companhia. Eventuais ganhos ou perdas decorrentes de eficiência ou ineficiências na construção são reconhecidos como custo de construção quando incorridos. Eventuais ganhos decorrentes de entrada em operação antecipada são reconhecidos ao final do período de construção.
- (ii) Receita de remuneração do Ativo de concessão: refere-se a juros reconhecidos com base no método linear que são mensurados com base em uma taxa de remuneração sobre o saldo do ativo de contrato, que reflete uma transação de financiamento da construção da infraestrutura entre a Companhia e o Poder Concedente. A taxa de remuneração do ativo de contrato é de 9,32% ao ano.

Adicionalmente, a modelagem financeira utilizada pela Companhia na mensuração do ativo de contrato de concessão inclui entre outros elementos, a determinação de uma contraprestação variável aplicável ao preço do contrato. O valor da contraprestação recebida pela Companhia pela construção da infraestrutura de concessão é reajustado anualmente com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor – IPCA dos últimos doze meses na data de reajuste. A Companhia efetua o cálculo da contraprestação variável com base no IPCA realizado entre a data da última homologação da Receita Anual Permitida - RAP pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a data base das demonstrações financeiras, e reconhece esse valor na medida em que é altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas reconhecidas não irá ocorrer. Em 31 de dezembro de 2024 o valor dessa contraprestação variável é de R\$ 249.680, representando um acréscimo na receita de remuneração do ativo de contrato da concessão em contrapartida do saldo do ativo de contrato da concessão.

- (iii) Receita de operação e manutenção: seu reconhecimento tem início após o período de construção e entrada em operação da infraestrutura, na medida que a obrigação de operar e manter a disponibilidade da infraestrutura é cumprida. A receita é reconhecida ao longo do tempo mensurando o progresso em relação ao cumprimento total dessa obrigação de desempenho, com base no método de insumos. Essa receita é mensurada tendo como base os custos de operação e manutenção incorridos em relação aos custos totais esperados, acrescidos de uma margem de lucratividade estabelecida pela Administração da Companhia. Eventuais ganhos ou perdas decorrentes de eficiência ou ineficiências na operação e manutenção são reconhecidos como custo quando incorridos. Embora a receita seja reconhecida ao longo do tempo, o ciclo da receita de operação e manutenção é mensal.

(b) Reconhecimento e mensuração do Ativo de concessão

Conforme descrito acima o Ativo de concessão é reconhecido em contrapartida da receita de construção ou melhoria da infraestrutura de transmissão.

Adicionalmente, os contratos de concessão estabelecem que a Companhia deve construir e efetuar a manutenção na infraestrutura de transmissão, sendo que a contraprestação a ser paga pelo Poder Concedente por esse serviço de construção e melhoria será recebida pela Companhia ao longo do contrato de concessão. Como o contrato de concessão detidos pela Companhia têm prazo de 30 anos (conforme descrito nas notas explicativas 1.1), a Companhia identificou a existência de componente de financiamento significativo no contrato de concessão.

O montante do Ativo de concessão é mensurado com base em uma modelagem financeira que desconta a valor presente os fluxos de recebimentos futuros provenientes da RAP, com base em uma taxa de juros que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos. Essa taxa considera os riscos e prêmios específicos do contrato de concessão.

A receita de construção ou melhoria da infraestrutura de transmissão e a receita de remuneração do ativo de contrato da concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social - PIS e da

Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta “PIS e COFINS diferidos” e o diferimento do imposto de renda e contribuição social no passivo não circulante.

3.12 Redução ao valor recuperável (“impairment”)

a. Ativos financeiros e ativos de contrato

Um ativo financeiro e ativo de contrato não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que pode ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento, tanto no nível individualizado, como no nível coletivo, para todos os títulos significativos.

A redução do valor recuperável de um ativo financeiro e/ou ativo de concessão é reconhecida pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

b. Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de “impairment” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

3.13 Informações por segmento

A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras considerando somente um segmento operacional, o de transmissão de energia elétrica que representa integralmente a receita total da Companhia. É dessa forma que os principais tomadores de decisão estratégica e operacional da Companhia avaliam a “performance” dos empreendimentos e aloca os recursos necessários.

3.14 Normas e interpretações novas e revisadas

Novas normas aplicadas a partir de 01.01.2024

No exercício corrente, a Companhia adotou as alterações e novas interpretações às IFRS e aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade (*International Accounting Standards Board - IASB*) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

Argo Transmissão de Energia S.A.
Demonstrações Financeiras
Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após
Alterações ao CPC 26/ IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2024
Alterações ao CPC 26/IAS 1	Passivos não circulantes com Covenants	01/01/2024
Alterações ao CPC 26/ IAS 1 e CPC 40/IFRS 7	Acordos de financiamento de fornecedores (“Risco sacado”)	01/01/2024
Alterações ao CPC 06/IFRS 16	Passivo de arrendamento em uma venda e arrendamento posterior	01/01/2024
Alterações ao CPC 09	Demonstração do valor adicionado	01/01/2024

A adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas não resultou em impactos relevantes sobre a posição patrimonial e financeira e os resultados da Companhia ou sobre as divulgações nestas demonstrações financeiras.

Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
IAS 21 (CPC 02)	Ausência de conversibilidade	01/01/2025
IFRS 9 (CPC 48) / IFRS 7 (CPC 40)	Classificação e mensuração de Instrumentos Financeiros	01/01/2026

A IFRS 18 – *Presentation and Disclosure in Financial Statements* (Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis) substituirá a norma IAS 1 (CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis) e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 01 de janeiro de 2027. O novo padrão introduzirá os seguintes requisitos principais:

- As entidades serão obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, quais são: categoria operacional, de investimentos, de financiamentos, de operações descontinuadas e de imposto de renda. O lucro líquido das entidades não sofrerá mudança.
- As medidas de desempenho definidas pela Administração serão divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Serão fornecidas orientações aprimoradas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, as entidades serão obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração do fluxo de caixa ao apresentar os fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

Atualmente, a Administração está conduzindo uma análise dos impactos que poderão advir com a adoção das normas e interpretações novas e revisadas supracitadas em suas demonstrações financeiras,

particularmente com relação a nova estrutura da demonstração de resultado da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais das medidas de desempenho.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Caixa e depósitos bancários	20.581	21.212
Total	<u>20.581</u>	<u>21.212</u>

5 Títulos e valores mobiliários

5.1 Circulante

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Títulos e valores mobiliários (*)	36.422	195.661
Total	<u>36.422</u>	<u>195.661</u>

(*) Aplicações financeiras que representam investimentos em títulos mobiliários, referenciado na variação do CDI, com remuneração média de 90,96% do CDI em 31 de dezembro de 2024 (105,11% do CDI em 31 de dezembro de 2023). A carteira do Fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, cotas de fundos e outros títulos de instituições financeiras. Tal variação foi impactada devido a uma revisão no procedimento de aplicação financeira, e também, no regulamento dos fundos, concentrando sua exposição ao crédito em instituições financeiras de primeira linha e títulos públicos federais, o que resultou naturalmente em queda de rentabilidade.

5.2 Fundos vinculados – Caixa restrito

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Conta Reserva (**)	132.086	124.658
Total	<u>132.086</u>	<u>124.658</u>

(**) Para fins de garantia da operação da 1ª emissão de debêntures e pagamento do financiamento com o BNDES, a Companhia precisa manter recursos nas contas denominadas como “conta reserva”, o montante equivalente ao necessário para o pagamento de 3 (três) parcelas referentes ao financiamento BNDES e 1 (uma) parcela referente ao pagamento das debêntures. Por entender que os fundos vinculados são originados pela emissão das dívidas, a Companhia classifica seu impacto nas demonstrações dos fluxos de caixa nas atividades de financiamento. Em 31 de dezembro de 2024, a totalidade dos recursos estão aplicados no fundo de investimentos em cotas de fundos de investimentos de renda fixa com títulos públicos referenciado FI no Banco Bradesco com remuneração média de 91,62% do CDI no trimestre findo em 31 de dezembro de 2024 (98,12% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2023) A composição da carteira está dividida em títulos públicos federais, operações compromissadas e cotas de fundos de investimentos.

6 Contas a receber de clientes

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Contas a receber de clientes	82.608	71.602
Total	<u>82.608</u>	<u>71.602</u>

A Companhia não contabiliza provisão para perdas de crédito esperadas, por entender que são baixas as probabilidades de não recebimento dos valores de seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar a ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Títulos a vencer	57.377	59.290
Títulos vencidos em até 30 dias	1.819	529
Títulos vencidos em até 90 dias	3.734	6.682
Títulos vencidos há mais de 90 dias	19.678	5.101
	<u>82.608</u>	<u>71.602</u>

7 Imposto de renda e contribuição social a compensar

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Imposto de renda e contribuição social a compensar	5.919	5.434
Total	<u>5.919</u>	<u>5.434</u>

8 Outros tributos a compensar

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
PIS a compensar	26	8
COFINS a compensar	127	61
ISS a recuperar	33	27
INSS a recuperar	25	4
ICMS a recuperar	201	199
Outros impostos	142	75
Total	<u>554</u>	<u>374</u>

9 Ativo da Concessão

9.1 Composição do Ativo da Concessão (Saldos Acumulados)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receita de construção	3.267.969	3.255.540
Receita de operação e manutenção	465.770	360.813
Receita de remuneração do ativo de concessão	4.120.384	3.362.354
Recebimentos	(3.010.604)	(2.332.206)
Ganho de eficiência na implementação de infraestrutura	744.456	742.483
Total	<u>5.587.975</u>	<u>5.388.984</u>
Circulante	700.204	670.537
Não circulante	4.887.771	4.718.447

9.2 Margens de obrigações e performance

	31/12/2024	31/12/2023
Margem de O&M		
Receita	104.957	100.987
Custos	(24.822)	(29.180)
Margem (R\$)	80.135	71.807
Margem Percebida (%)	76%	71%
	31/12/2024	31/12/2023
Margem de Construção		
Receita (*)	12.441	1.553
Custos (*)	(10.236)	(1.278)
Margem (R\$)	2.205	275
Margem Percebida (%)	18%	18%

(*) Refere-se ao reforço para implementação do sistema especial de proteção SEP N-NE-SE para atender as subestações de Acaraú III, Bacabeira, Parnaíba III e Tinguá II, conforme mencionado na nota explicativa 1.1.

9.3 Movimentação dos saldos do Ativo da Concessão

Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.209.886
Receita de construção	1.553
Remuneração financeira do ativo da concessão	729.309
Receita de operação e manutenção	100.987
Recebimentos	(652.751)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.388.984
Receita de construção	12.441
Remuneração financeira do ativo da concessão	758.030
Receita de operação e manutenção	104.957
Ganho de eficiência na implementação da infraestrutura (a)	1.973
Recebimentos	(678.410)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	5.587.975

(a) Ganho de eficiência reconhecido pela entrada em operação do reforço conforme nota explicativa 1.1.

10 Despesas Antecipadas

	31/12/2024	31/12/2023
Seguros a apropriar (*)	368	380
Total	368	380

(*) Refere-se a apólices de seguro assumidas pela companhia conforme descrito na nota explicativa nº 30.

11 Imobilizado

11.1 Composição do Imobilizado

	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023
Edificações, obras e benfeitorias	1.510	(191)	1.319	1.433
Máquinas e equipamentos	19.273	(6.445)	12.828	13.553
Veículos	3.279	(2.205)	1.074	1.541
Móveis e utensílios	1.402	(418)	984	1.072
Total	25.464	(9.259)	16.205	17.599

11.2 Movimentação do Imobilizado

	Valor líquido em 31/12/2023	Adições	Depreciação	Valor líquido em 31/12/2024
Imobilizado em serviço				
Edificações, obras e benfeitorias	1.432	-	(113)	1.319
Máquinas e equipamentos	13.555	510	(1.236)	12.829
Veículos	1.540	-	(467)	1.073
Móveis e utensílios	1.072	5	(93)	984
Total	17.599	515	(1.908)	16.205

12 Intangível

12.1 Composição do Intangível

	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023
Softwares	5.882	(1.824)	4.058	2.837
Total	5.882	(1.824)	4.058	2.837

12.2 Movimentação do Intangível

	Valor líquido em 31/12/2023	Adições	Amortização	Valor líquido em 31/12/2024
Intangível em serviço				
Softwares	2.837	625	(506)	2.956
Total em serviço	2.837	625	(506)	2.956
Intangível em Curso				
Softwares	-	1.102	-	1.102
Total em curso	-	1.102	-	1.102
Total do Ativo Intangível	2.837	1.727	(506)	4.058

13 Fornecedores

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Fornecedores nacionais	6.315	2.434
Total	<u>6.315</u>	<u>2.434</u>

14 Encargos sociais e trabalhistas

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Salários	1.217	913
Provisão de bônus	9.171	11.654
Provisão de férias	4.235	4.298
Encargos trabalhistas	3.038	2.984
Total	<u>17.661</u>	<u>19.849</u>

15 Obrigações tributárias

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
PIS e COFINS	10.626	11.101
ICMS	6	1
ISS de terceiros	-	21
Outros tributos	167	149
Total	<u>10.799</u>	<u>11.272</u>

16 Obrigações regulatórias

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Provisão para P&D	8.403	7.339
Encargos regulatórios a recolher (*)	563	1.011
Total	<u>8.966</u>	<u>8.350</u>

(*) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei. Sendo eles: taxa de fiscalização, conta de desenvolvimento energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica e FINEP – Financiadora de estudos e projetos.

17 Empréstimos e financiamentos

A movimentação dos empréstimos e financiamentos da Companhia é como segue:

Instituição financeira	BNDES	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.775.635	1.775.635
Juros e variação monetária	175.312	175.312
Pagamentos Principal	(85.895)	(85.895)
Pagamentos Juros	(163.377)	(163.377)
Custo de transação	13.173	13.173
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.714.848	1.714.848
Juros e variação monetária	165.357	165.357
Pagamentos Principal	(94.073)	(94.073)
Pagamentos Juros	(150.521)	(150.521)
Custo de transação	10.571	10.571
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.646.182	1.646.182
Classificados como:	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	98.316	89.569
Não Circulante	1.547.866	1.625.279

Em 9 de abril de 2018, a Argo I firmou contrato de financiamento com o BNDES, no montante total de R\$ 1.543.357, destinado as obras civis, aquisição de máquinas e equipamentos e aos demais gastos necessários para a implantação das instalações de transmissão que fazem parte do escopo do projeto. Sobre o contrato de financiamento incide juros de 7,43% ao ano, a título de remuneração, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Esse financiamento será pago em 168 (cento e sessenta e oito) prestações mensais e sucessivas e a amortização iniciou em 15 de dezembro de 2021, e sua liquidação está prevista em 15 de novembro de 2035. A Companhia considera que os juros pagos pelo contrato de financiamento captados são inerentes aos financiamentos e, portanto, considera mais adequada a divulgação desses montantes dentro das atividades de financiamento das demonstrações de fluxos de caixa.

Vencimento das parcelas

Em 31 de dezembro de 2024, os vencimentos a longo prazo têm a seguinte composição:

	31/12/2024
2026	111.716
2027	121.435
2028	132.000
2029 em diante	1.182.715
Total	1.547.866

Garantias

Garantias usuais de projeto, tais como:

- Penhor da totalidade das ações de emissão da Argo I;
- Cessão fiduciária de recebíveis e direitos emergentes do contrato de concessão.
- Conta reserva do serviço da dívida a ser constituída até 15 de fevereiro de 2023 preenchida com recursos no valor equivalente a três vezes o valor da prestação mensal de

amortização, incluindo pagamento de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrentes do contrato.

Cláusulas restritivas

A Companhia possui cláusulas restritivas contratuais atreladas ao financiamento do projeto, as quais podem, em caso de não conformidade, levar ao vencimento antecipado da dívida. Essas cláusulas estão relacionadas a índices financeiros, tais como: cobertura do serviço da dívida, endividamento, liquidez e de obrigações operacionais.

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

O ICSD é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, com base em informações registradas nas Demonstrações Contábeis Regulatórias auditadas, a verificação é realizada a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICSD de no mínimo 1,2 (um inteiro e dois décimos).

A administração da Companhia realiza o acompanhamento das cláusulas restritivas previstas no contrato de financiamento.

18 Debêntures

A movimentação das debêntures emitidas pela Companhia é como segue:

Instituição financeira	1ª Emissão	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	595.023	595.023
Juros e variação monetária	68.896	68.896
Pagamentos Principal	(56.356)	(56.356)
Pagamentos Juros	(41.636)	(41.636)
Custo de transação	297	297
Saldo em 31 de dezembro de 2023	566.224	566.224
Juros e variação monetária	66.421	66.421
Pagamentos Principal	(51.959)	(51.959)
Pagamentos Juros	(57.653)	(57.653)
Custo de transação	364	364
Saldo em 31 de dezembro de 2024	523.397	523.397
Classificado como:	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	60.612	68.778
Não Circulante	462.785	497.446

Em 24 de agosto de 2018, a Argo I realizou a primeira emissão de debêntures, de distribuição pública com esforços restritos (“ICVM 476”) de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie de garantia real, com garantia adicional fidejussória, sem cláusula de repactuação, em série única no montante total de R\$ 454.500, com vencimento em dezembro de 2031 e taxa de remuneração de IPCA + 7,0176% a.a., destinadas à composição da estrutura de capital da Companhia para a implantação das instalações de transmissão objeto do Lote A – Leilão nº 13/2015-ANEEL. A Companhia considera que os juros pagos pela emissão de debêntures são inerentes aos financiamentos e, portanto,

considera mais adequada a divulgação desses montantes dentro das atividades de financiamento das demonstrações de fluxos de caixa.

Vencimento das parcelas

Em 31 de dezembro de 2024, os vencimentos a longo prazo têm a seguinte composição:

	<u>31/12/2024</u>
2026	44.938
2027	50.555
2028	56.172
2029 em diante	<u>311.120</u>
Total	<u>462.785</u>

Garantias

Garantias usuais de projeto, tais como:

- Penhor da totalidade das ações de emissão da Companhia.
- Cessão fiduciária de recebíveis e direitos emergentes do contrato de concessão.
- Conta reserva do serviço da dívida, preenchida com recursos no valor equivalente a uma parcela do valor da prestação mensal de amortização, incluindo pagamento de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrentes do contrato.

Cláusulas restritivas

A Companhia possui cláusulas restritivas contratuais atreladas ao financiamento do projeto, as quais podem, em caso de não conformidade, levar ao vencimento antecipado da dívida. Essas cláusulas estão relacionadas com índices financeiros, tais como: cobertura do serviço da dívida, endividamento, liquidez e de obrigações operacionais.

A Companhia possui a seguinte cláusula:

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

O ICSD é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, com base em informações registradas nas Demonstrações Contábeis Regulatórias auditadas, a verificação é realizada a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICSD de no mínimo 1,2 (um inteiro e dois décimos).

A Companhia também possui cláusulas restritivas não-financeiras tais como *compliance* com leis trabalhistas, ambientais e regulatórias.

A administração da Companhia realiza o acompanhamento das cláusulas restritivas previstas no contrato de debêntures.

19 Provisões

	31/12/2024	31/12/2023
Compensação ambiental	6.433	8.931
Outras provisões	860	684
Total	7.293	9.615
Circulante	338	85
Não circulante	6.955	9.530

20 PIS e COFINS diferidos

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo à 9,25% das receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão. Conforme previsto na Lei nº 12.973/14 e pela interpretação técnica ICPC01 (IFRIC 12). A amortização desta obrigação diferida ocorrerá à medida em que a Companhia receber as contraprestações determinadas no contrato de concessão mencionado na nota explicativa nº 1.

A movimentação para os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 é demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	481.915
Constituição	76.946
Amortização	(60.380)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	498.481
Constituição	179.090
Amortização	(160.866)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	516.705
Circulante	64.769
Não circulante	451.936

21 Contingências passivas

A Companhia é parte em demandas de natureza trabalhista, cível, tributária e/ou outras em andamento na esfera administrativa e/ou judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas demandas são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparada pela opinião de seus assessores jurídicos externos.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia na opinião de seus assessores jurídicos externos, possui processos judiciais com probabilidade de perda provável, nos quais a Companhia figura como ré, cujo montante é de R\$ 252 (R\$ 542 em 31 de dezembro de 2023).

21.1 Contingências passivas com avaliação de risco possível

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus assessores jurídicos externos, acreditam que as chances de perda são possíveis e, por este motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. As reclamações relacionadas e perdas possíveis perfazem o montante de R\$ 13.093 (R\$ 9.968 em 31 de dezembro de 2023), dos quais R\$ 4.308 são de natureza tributária, R\$ 1.227 de natureza cível e R\$ 6.278 de natureza trabalhista.

22 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo ativo com partes relacionadas no montante de R\$ 5.116 (R\$ 3.867 em 31 de dezembro de 2023) representa despesas incorridas a serem pagas as empresas do grupo.

Argo Transmissão de Energia S.A.
Demonstrações Financeiras
Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Contrato de compartilhamento de infraestrutura e serviços corporativos

	Vigência	31/12/2024		31/12/2023	
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Argo Holding	31/07/2029	68	-	-	-
Argeb	31/07/2029	68	-	-	-
Argo II	31/07/2029	129	-	162	-
Argo III	31/07/2029	184	-	283	-
Argo IV	31/07/2029	285	-	202	2
Argo V	31/07/2029	640	-	612	-
Argo VI	31/07/2029	507	-	357	1
Transmissora José Maria Macedo (Argo VII)	31/07/2029	1.121	-	1.108	-
Giovanni Sanguinetti (Argo VIII)	31/07/2029	803	-	493	3
Argo IX	31/07/2029	1.116	-	650	-
Total		4.921	-	3.867	6

Contrato de compartilhamento de infraestrutura e serviços corporativos

	Vigência	31/12/2024	31/12/2023
		Resultado	Resultado
Argo Holding	31/07/2029	208	-
Argeb	31/07/2029	208	-
Argo II	31/07/2029	1.925	1.563
Argo III	31/07/2029	3.491	2.767
Argo IV	31/07/2029	2.856	2.024
Argo V	31/07/2029	3.643	2.321
Argo VI	31/07/2029	3.271	1.937
Transmissora José Maria Macedo (Argo VII)	31/07/2029	9.533	4.983
Giovanni Sanguinetti (Argo VIII)	31/07/2029	5.592	3.186
Argo IX	31/07/2029	6.321	3.736
Total		37.048	22.517

22.1 Remuneração da Administração

Em 31 de dezembro de 2024, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Diretoria Executiva e os Conselheiros, totalizou R\$ 8.370 (R\$ 8.303 em 31 de dezembro de 2023), respectivamente, sendo salários e benefícios variáveis. A remuneração da Administração está registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas” e refere-se a uma administração comum, na qual a remuneração é registrada e paga pela Argo I. A abertura dos saldos está apresentada a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Benefícios de curto prazo a empregados:		
Salários e honorários	3.226	3.631
Encargos sociais	1.389	1.747
Bônus	3.755	2.925
Total	8.370	8.303

23 Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, o capital social da Companhia, totalmente subscrito é de R\$ 500.000 tendo sido integralizados 499.811.000 ações ordinárias, todas nominativas, em escrituras e sem valor nominal.

A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Ações ordinárias	%	Ações ordinárias	%
Acionistas				
Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A.	499.811.000	100	499.811.000	100

23.1 Reservas de lucros

23.1. Reserva legal

De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não constituiu reserva legal, por já ter atingido o limite de 20% do capital social.

23.2 Incentivos fiscais

Conforme laudo constitutivo nº 0052/2020 de reconhecimento do direito ao benefício à redução do IRPJ emitido em 14 de setembro de 2020 foi garantido à Argo I pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE"), o direito do benefício de redução de 75% do imposto de renda e adicionais, calculados com base no lucro da exploração. O período de fruição ao direito do benefício fiscal é de 01 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2029.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia destinou o montante de R\$ 56.367 para constituição da reserva de incentivos fiscais.

23.2.1 Reserva de lucros

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia destinou R\$ 328.362 para constituição de reserva de retenção de lucros com o objetivo de preservar os investimentos futuros para conclusão reforços e melhorias de acordo com o orçamento de capital e planejamento estratégico da Companhia.

23.2.2 Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A Companhia poderá, a critério da administração, pagar juros sobre o capital próprio, cujo valor líquido será imputado aos dividendos mínimos obrigatórios, conforme previsto no artigo 9º da Lei. 9.249/95.

Em abril de 2024, a Companhia não aprovou a distribuição dos dividendos adicionais propostos referentes ao exercício de 2023 no montante de R\$ 72.340.

Em agosto de 2024, a Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 240.705.

Em dezembro de 2024, a Companhia distribuiu R\$ 3.317 a título de dividendos mínimos obrigatórios.

A Administração está propondo a seguinte distribuição do resultado do exercício de 2024:

Argo Transmissão de Energia S.A.
Demonstrações Financeiras
Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro líquido do exercício	388.046	351.648
Reserva legal - (5%)	-	-
Reserva de Incentivo Fiscal	(56.367)	(50.232)
Lucro líquido ajustado	331.679	301.416
Reserva de retenção de lucros	328.362	-
Dividendos mínimos obrigatórios – (1%)	3.317	3.014
Dividendos adicionais propostos	-	72.340

24 Receita líquida

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receita de construção	12.441	1.553
Receita de remuneração do ativo da concessão	758.030	729.309
Receita de operação e manutenção	104.957	100.987
Parcela Variável e outras deduções	(1.718)	(2.355)
Ganho de eficiência na implementação da infraestrutura (*)	1.973	-
Outras receitas	(14.511)	(4.401)
Receita bruta	861.172	825.093
(-) PIS e COFINS sobre ativo da concessão	(18.224)	(16.567)
(-) PIS e COFINS sobre faturamento	(55.523)	(61.597)
(-) Encargos regulatórios	(8.318)	(6.473)
Receita líquida	779.107	740.456

(*) Ganho de eficiência oriundo da entrada em operação no reforço conforme mencionado no item 1.1.

25 Custos e despesas por natureza

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Serviços de terceiros	(17.456)	(17.481)
Custo de construção	(10.236)	(1.278)
Pessoal	(28.975)	(32.549)
Arrendamentos e aluguéis	(890)	(776)
Depreciação e Amortização	(2.414)	(1.956)
Seguros	(563)	(551)
Tributos	(166)	(192)
Materiais	(1.079)	(1.012)
Outras despesas e receitas operacionais	714	(574)
Provisão para Contingência	(387)	(542)
Outros	(873)	(1.572)
Total	(62.325)	(58.483)
Valores alocados a:		
Custos de operação e manutenção	(24.822)	(29.180)
Custos de construção	(10.236)	(1.278)
Despesas gerais e administrativas	(27.991)	(28.476)
Outras despesas e receitas operacionais	724	451

26 Resultado financeiro

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras:		
Receitas de aplicações financeiras	31.850	34.922
(-) PIS e COFINS s/ receitas financeiras	(1.488)	(1.626)
Outras receitas financeiras	587	2.794
Total	30.949	36.090
Despesas financeiras:		
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	(94)	(112)
Juros e variação monetária	(231.778)	(244.208)
Outras despesas financeiras	(13.210)	(12.901)
Total	(245.082)	(257.221)
Resultado financeiro líquido	(214.133)	(221.131)

27 Imposto de renda e contribuição social

27.1 Reconciliação da alíquota efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro real e reconhecida em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	502.649	460.842
Alíquota nominal	34%	34%
Expectativa de IRPJ e CSLL	(170.901)	(156.687)
Incentivos Fiscais (*)	56.092	50.305
Adições e Exclusões Permanentes	108	(560)
(+) Outros	98	(2.252)
Constituição de IRPJ e CSLL diferidos	(99.986)	(97.033)
Constituição de IRPJ e CSLL corrente	(14.617)	(12.161)
 Alíquota efetiva	 23%	 24%

(*) Devido ao fato de sua linha de transmissão estar situada na área da SUDENE, a Companhia possui incentivo de redução do valor do IRPJ a pagar equivalente a 75% do valor apurado sobre o lucro da exploração, aplicado sobre a receita de transmissão de energia, reconhecidas no resultado e, posteriormente, destinadas à reserva de lucros no patrimônio líquido.

27.2 Movimentação de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Ativo (a)	Passivo (b)	Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2022	862.752	(1.771.362)	(908.610)
Utilização de benefício fiscal sobre prejuízo Fiscal (a)	(7.954)	-	(7.954)
Contratos de concessão (b)	(29.510)	(59.569)	(89.079)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	825.288	(1.830.931)	(1.005.643)
Utilização de benefício fiscal sobre prejuízo Fiscal (a)	(5.165)	-	(5.165)
Contratos de concessão (b)	(27.164)	(67.657)	(94.821)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	792.959	(1.898.588)	(1.105.629)

(a) Originam-se dos prejuízos fiscais. Esses ativos serão realizados ao longo do Contrato de Concessão, considerando o limite de 30% do lucro líquido ajustado (lucro fiscal) por exercício.

(b) Originam-se dos Contratos de Concessão. Referem-se aos valores de imposto de renda e contribuição social sobre os resultados da operação de construção da infraestrutura para prestação do serviço de transmissão de energia elétrica e remuneração do ativo de concessão CPC 47 (IFRS 15) reconhecidos por competência, que são oferecidos à tributação à medida do efetivo recebimento, conforme previsto nos artigos 168 e 169 da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.700 de 14 de março de 2017.

28 Resultado por ação

O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33), a tabela a seguir reconcilia o resultado líquido aos montantes usados para calcular o resultado básico e diluído por ação:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Resultado básico por ação		
Numerador:		
Lucro líquido do exercício	388.046	351.648
Denominador:		
Média ponderada de número de ações ordinárias em circulação	<u>499.811.000</u>	<u>499.811.000</u>
Lucro líquido básico por ação ordinária (R\$ por ação)	<u>0,7764</u>	<u>0,7036</u>

29 Instrumentos financeiros

	<u>Nota</u>	<u>Hierarquia</u>	<u>Valor Justo</u>		<u>Valor Contábil</u>	
			<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Ativos financeiros:						
Valor justo por meio do resultado:						
Títulos e valores mobiliários	5.1	2	36.422	195.661	36.422	195.661
Fundos vinculados – caixa restrito	10	2	<u>132.086</u>	<u>124.658</u>	<u>132.086</u>	<u>124.658</u>
Total			<u>168.508</u>	<u>320.319</u>	<u>168.508</u>	<u>320.319</u>
Custo amortizado:						
Caixa e equivalentes de caixa	4	2	20.581	21.212	20.581	21.212
Contas a receber de clientes	6	2	<u>82.608</u>	<u>71.602</u>	<u>82.608</u>	<u>71.602</u>
Total Ativo			<u>103.189</u>	<u>92.814</u>	<u>103.189</u>	<u>92.814</u>
Passivos financeiros:						
Custo amortizado:						
Fornecedores	13	2	6.315	2.434	6.315	2.434
Empréstimos e Financiamentos	17	2	1.646.182	1.714.848	1.646.182	1.714.848
Debêntures	18	2	599.590	569.139	523.397	566.224
Contas a pagar - partes relacionadas	21	2	-	6	-	6
Outros passivos		2	<u>29.861</u>	<u>26.562</u>	<u>29.861</u>	<u>26.562</u>
Total Passivo			<u>2.281.948</u>	<u>2.312.989</u>	<u>2.205.755</u>	<u>2.310.074</u>

29.1 Hierarquia do valor justo

Os instrumentos financeiros contratados enquadram-se conforme anteriormente apresentado, e de acordo com a definição de hierarquia do valor justo descrita a seguir, conforme o pronunciamento técnico CPC 40 (IFRS 7) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação:

- **Nível 1** - avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos na data das demonstrações financeiras. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa de mercadorias e valores, um corretor, um grupo de indústrias, um serviço de precificação ou uma agência reguladora e aqueles preços representarem transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.
- **Nível 2** - utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- **Nível 3** - avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

29.2 Técnicas de avaliação e informações utilizada para determinação do valor justo

Caixa e equivalentes de caixa: contas-correntes conforme posições dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data das demonstrações financeiras.

Títulos e valores mobiliários e Fundos vinculados: aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo ou custo amortizado são valorizadas substancialmente pela taxa do CDI até a data das demonstrações financeiras.

Fornecedores e outras obrigações: o valor justo aproxima-se do seu valor contábil, uma vez que tem prazo de pagamento abaixo de 60 dias.

Empréstimos e Financiamentos e debêntures: são reconhecidos inicialmente pelo valor justo diminuídos de quaisquer custos de transação atribuíveis. No caso das debêntures é mensurado com base na cotação de mercado do próprio instrumento. Após o reconhecimento inicial, os financiamentos são medidos pelo custo amortizado e juros trazidos a valor presente utilizando como taxa de desconto real o CDI na data findo em 31 de dezembro de 2024.

29.3 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez.

293.1. Risco de Crédito

Salvo pelas contas a receber e aplicações financeiras com bancos de primeira linha, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados no exercício. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão SIM de alguns valores específicos, a RAP de todas as transmissoras, os serviços prestados pelo ONS e os encargos regulatórios.

O Poder Concedente delegou às geradoras, às distribuidoras, aos consumidores livres, aos exportadores e aos importadores o pagamento mensal da RAP, que, por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, se constitui em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro; desse modo, o risco de crédito é baixo.

Em 31 de dezembro de 2024, a exposição máxima do risco de crédito do contas a receber de clientes é de R\$ 82.608 (R\$ 71.602 em 31 de dezembro de 2023).

29.3.2 Risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

29.3.3 Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

A Companhia não pactuara contratos de derivativos para fazer “hedge” contra esses riscos; porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo nem outros ativos de risco. O principal risco de mercado ao qual a Companhia está relacionado às taxas de juros.

A Companhia aplica substancialmente seus recursos em títulos de renda fixa, sendo a maior parte destes alocada em CDBs e em títulos privados substancialmente lastreados em CDBs. Os saldos que apresentam risco de taxas de juros são: (i) caixas e equivalentes; (ii) títulos e valores mobiliários; (iii) fundos vinculados; (iv) empréstimos e financiamentos; e (v) debêntures.

29.3.4 Risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia, que gerencia o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos, mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa, combinando os perfis de vencimento de seus ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Em 31 de dezembro de 2024, os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa descontados contratados:

	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Fornecedores	6.315	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	98.316	111.716	121.435	1.314.715
Debêntures	60.612	44.938	50.555	367.292
Total	165.243	156.654	171.990	1.682.007

29.4 Análise de sensibilidade

A Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de juros.

Para verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos aos quais a Companhia está exposta na data-base 31 de dezembro de 2024, foram definidos três cenários diferentes:

O cenário I (provável) considera o cenário esperado para os próximos 12 meses a partir de 31 de dezembro de 2024, tendo como base as taxas de juros futuras observadas na data-base das demonstrações financeiras, disponíveis no *website* da BM&F Bovespa (CDI), Boletim Focus (IPCA) e a manutenção da TJLP. Para os riscos de variação do CDI que é base para atualização de parte substancial das aplicações financeiras, de

acordo com taxas referenciais de mercado projetadas para os próximos 12 meses é de 12,15% ao ano, para o IPCA, é de 4,96% e a TJLP para remuneração da dívida, cuja posição em 31 de dezembro de 2024 é de 7,43% ao ano.

Os cenários II e III consideram os rendimentos auferidos caso haja uma depreciação de 25% e 50%, respectivamente, na variável de risco considerada.

O resumo dos diferentes cenários é demonstrado abaixo:

Operação	Risco	Total	Cenário		
			I	II	III
Caixa e equivalentes	Redução do CDI	20.581	2.501	1.876	1.251
Títulos e valores mobiliários	Redução do CDI	36.422	4.425	3.319	2.213
Fundos restritos	Redução do CDI	132.086	16.048	12.036	8.024
Total		189.089	22.974	17.231	11.488
Empréstimos e Financiamentos	Aumento da TJLP	1.646.182	122.311	91.733	61.156
Debêntures	Aumento do IPCA	599.590	29.740	22.305	14.870
Total		2.245.772	152.051	114.038	76.026

30 Seguros

Em 31 de dezembro de 2024, a cobertura de seguros é como segue:

Tipo	Seguradora	Valor segurado	Vigência
Seguros - Riscos operacionais	Fator Seguradora S/A	200.000	07/09/2025
Seguros - Responsabilidade civil	Chubb	50.000	07/09/2025
Seguros - Equipamentos	Essor	1.783	02/08/2025
Seguros - Frotas	Sompo	Fipe	31/05/2025

31 Transações não envolvendo caixa

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia realizou a seguinte operação não envolvendo caixa, portanto, esta não está refletida na demonstração dos fluxos de caixa:

Transações que não impactaram caixa	31/12/2024	31/12/2023
Compensação de IRPJ e CSLL	71.128	50.232

* * *

André Augusto Telles Moreira
Diretor Presidente

Argo Transmissão de Energia S.A.
Demonstrações Financeiras
Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Simone Borsato
Diretora Financeira e de
Relação com Investidores

Thiago Borges Martins
Controller
CRC/RJ 116409/O